



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural
e do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.ambiental@mpmt.mp.br | cao.urbe@mpmt.mp.br

CAO MEIO AMBIENTE NATURAL CAO MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Projeto Água para o Futuro

EDIÇÃO 01/2022

SUMÁRIO

Novidades Legislativas.....	03
Lei n° 14.285 de 29/12/2021.....	05
Assento n° 09/2021 CSMP.....	06
Portaria n° 557/2021-PGJ.....	07
Notícias.....	08
Jurisprudências.....	10
MPMT em Ação.....	11
Notícias do CNMP e Outros Ministérios Públicos.....	15
Artigos.....	16



EQUIPE CAO AMBIENTAL E CAO URBE

Maria Fernanda Corrêa da Costa – Promotora de Justiça – Coordenadora do CAO Meio Ambiente Natural

Marcelo Linhares Ferreira - Promotor de Justiça - Colaborador do CAO Meio Ambiente Natural

Carlos Eduardo Silva – Promotor de Justiça – Coordenador do CAO Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

Viviane Araújo Batistella – Assistente Ministerial – CAO Meio Ambiente Natural, Urbano e Assuntos Fundiários

Marina Paula Signor Bernardes – Auxiliar Ministerial – CAO Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

NOVIDADES LEGISLATIVAS

FEDERAIS

- Lei nº 14.285 de 29/12/2021 - Altera as Leis nos 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para dispor sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.
- Decreto nº 10.936, de 12/01/2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Lei nº 14.260 de 08/12/2021 - Estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle).
- Decreto nº 10.846 de 25/10/2021 - Institui o Programa Nacional de Crescimento Verde.

ESTADUAIS

- Lei Complementar nº 714 de 06/01/2022 - Acrescenta dispositivo da Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995 que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.
- Decreto nº 1.196 de 10/12/2021 - Altera dispositivo do Decreto nº 785, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as atividades de restauração das formações campestres na planície inundável do Bioma Pantanal, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Decreto nº 1.198 de 10/12/2021 - Altera dispositivos do Decreto nº 715, de 18 de novembro de 2020, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 711 de 27/11/2021 - Altera dispositivo da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Lei nº 11.568 de 17/11/2021 - Cria o Programa de Reciclagem de Entulhos da Construção Civil e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 706 de 04/11/2021 - Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

ESTADUAIS

- Lei nº 11.545 de 25/10/2021 - Institui a Política Estadual de Proteção das Baías do Pantanal.
- Decreto nº 1.160 de 25/10/2021 - Cria o Programa "CARBONO NEUTRO MT"; dispõe sobre a adesão do Estado de Mato Grosso à campanha "Race to Zero", no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; fixa metas voluntárias de redução do desmatamento ilegal no Estado; institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais no Estado de Mato Grosso - PPCDIF/MT 4ª fase (2021 - 2024), e dá outras providências.
- Resolução CTF nº 15 de 21/10/2021 - Altera a Resolução nº 13, de 07 de julho de 2021 que "Dispõe sobre regramento transitório para a autorização da Comercialização Interestadual de Resíduos Madeireiros entre as Regiões Fronteiriças do Estado de Mato Grosso.
- Resolução CONSEMA nº 41 de 20/10/2021 - Define as atividades e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local, fixa normas gerais de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e prefeituras municipais nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas em conformidade com o previsto na Lei Complementar nº 140/2011 e dá outras providências.



LEI FEDERAL Nº 14.285 de 29/12/2021

A Lei 14.285, de 29/12/2021, alterou o Código Florestal e a Lei do Parcelamento do solo urbano no que tange à Área de Preservação Permanente no espaço urbano. A modificação transferiu a Competência Legislativa da União para os Municípios sobre a delimitação de APP ciliar.

Sancionada com vetos lei que permite edificações às margens de rios e lagos em área urbana



Lei 14.285/21: crônica de uma tragédia urbana anunciada



A proteção insuficiente e a Lei nº 14.285/2021

A Lei 14.285/2021 e o Tema 1010 do STJ – como ficam as construções às margens dos cursos d'água?

Assento nº 09/2021 do Conselho Superior do Ministério Público - Matéria Ambiental

Caberá ao representante do Ministério Público com atribuição para a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em matéria ambiental, decidir quanto à necessidade, conveniência e oportunidade de reuniões ou audiências públicas com a participação dos titulares dos direitos, entidades que os representem ou demais interessados, observando os seguintes incisos:

I - Quando da fixação do quantum indenizatório nos casos de danos ambientais, independentemente da reparação específica, deverão ser consideradas as técnicas disponíveis de valoração do dano adotadas pelo órgão de proteção ambiental ou pelo Centro de Apoio Operacional (CAOP);

II - Prever no compromisso a recuperação do patrimônio ambiental lesado mediante ações de reparação in-situ ou ex-situ, a saber: regeneração, restauração ecológica, compensação ou recomposição especificadas na avença pactuada, todas previstas em lei;

III - Na celebração de acordos em matéria ambiental ou urbanística de interesse coletivo, no interior de ação judicial ou procedimento, civil ou criminal, firmados pelo Ministério Público, deverão ser realizados por termos separados;

IV - A realização em local público, assim, vedada reuniões ou audiências no interior de espaços privados, tais como empresas ou condomínios fechados com interesses demandados.

Cuiabá, 06 de dezembro de 2021.

José Antônio Borges Pereira

Procurador-Geral de Justiça Presidente do CSMP

Rosana Marra

Procuradora de Justiça
Secretária do CSMP

NÚCLEO ESTADUAL DE AUTOCOMPOSIÇÃO - NEA

O Núcleo Estadual de Autocomposição iniciou o Projeto Piloto de autocomposição envolvendo os conflitos ambientais.

PORTARIA Nº 557/2021-PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 416, de 22 de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO o disposto no Ato Administrativo nº 1.049/2021- PGJ, que institui o Núcleo Estadual de Autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, especialmente em seu art. 2º, § 1º;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso abaixo relacionados para comporem o Núcleo Estadual de Autocomposição – NEA:

- I – HELLEN ULIAM KURIKI, Promotora de Justiça, que o coordenará;
- II – LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE, Procurador de Justiça;
- III - ANA LUIZA AVILA PETERLINI DE SOUZA, Promotora de Justiça;
- IV - MARIA FERNANDA CORRÊA DA COSTA, Promotora de Justiça;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Cuiabá, 05 de outubro de 2021.

José Antônio Borges Pereira
Procurador-Geral de Justiça Presidente do CSMP

NOTÍCIAS

- Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal é instalada no Senado
- Programa Cidades Sustentáveis: Prefeitura de Cuiabá/MT institui comissão para acompanhamento de ações
- Debatedores pontuam preocupações recorrentes na regularização fundiária
- CMA aprova mudanças nos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente
- Falta de saneamento básico causa mais de 273 mil internações em 2019
- Brasil é o quinto maior produtor de lixo eletrônico
- Política de incentivo à reciclagem é aprovada pelo Senado e vai à sanção
- TJMT: Corregedoria lança cartilha sobre a regularização de imóveis rurais na fronteira
- Senado aprova projeto que permite edifícios às margens de rios e lagos em área urbana
- Sema e UFMT apresentam Plano Estadual de Resíduos Sólidos
- Mais de 25% dos Municípios integram algum consórcio com atuação na área de Planejamento Urbano
- Térmicas movidas a lixo podem ajudar Brasil a reduzir emissões de metano
- Modelo de Política Ambiental de Palmas/TO atrai programa de Lixo Orgânico Zero
- Pandemia gerou mais de 25 mil toneladas de lixo plástico para os oceanos
- Falta de saneamento mata 11 mil pessoas por ano no país, diz IBGE
- Até 2025, 400 cidades vão ter pontos de coleta de lixo eletrônico
- Resolução do CNJ institui política ambiental no Poder Judiciário
- Emanuel sanciona lei que proíbe construção de PCHs no rio Cuiabá
- Prefeito Emanuel Pinheiro sanciona lei que responsabiliza autor de agressão aos animais a pagamento de despesas veterinárias

NOTÍCIAS

Saiba por que a dengue agora pode ser mais comum nas grandes cidades - A Universidade Estadual Paulista (UNESP) fez um estudo, publicado na revista científica PLOS, que demonstra que o avanço da destruição do Cerrado está diretamente ligado ao aumento do número de casos de dengue na região.

2021 foi um dos sete anos mais quentes já registrados, diz ONU - O ano de 2021 foi um dos sete mais quentes já registrados na história - anunciou a ONU nesta quarta-feira (19), observando que as temperaturas se mantiveram altas apesar do fenômeno climático La Niña, que as fez cair temporariamente.

River Runner Global - Sam Learner: Clique para soltar uma gota de chuva em qualquer lugar do mundo e veja onde ela acaba

DESMATAMENTO

Desmatamento na Amazônia em 2021 é o maior dos últimos 10 anos - Destruição da floresta teve aumento de 29% no ano passado, segundo estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Pantanal está em risco por danos dos incêndios de 2020 e terceiro ano de seca - O clichê é inevitável: 2020 não terminou no Pantanal. Um ano após a sua grande tragédia ambiental, a maior planície alagável do planeta tenta se recuperar enquanto espera que as chuvas interrompam o terceiro ano seguido da seca implacável.

Brasil para de monitorar desmatamento no Cerrado apesar do aumento da destruição - O Brasil vai parar de monitorar o desmatamento no Cerrado, a savana mais rica em espécies do mundo, disse um pesquisador do governo nesta quinta-feira, citando falta de recursos, dias após dados mostrarem que a destruição atingiu o nível mais alto em seis anos em 2021.

Na contramão do mundo, Brasil aumentou emissões em plena pandemia

- Desmatamento na Amazônia foi principal responsável pela elevação de 9,5% nos gases de efeito estufa verificada em 2020, indicam dados do Observatório do Clima.



JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Município pode editar lei sobre proteção e do meio ambiente local, diz STF
- STF confirma suspensão de lei baiana de licenciamento ambiental na zona costeira
- Redução da APA de Tamoios (RJ) por decreto é inconstitucional, diz STF

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Conflito com STF faz STJ desafetar tese sobre retroatividade do Código Florestal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

- APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – LOTEAMENTO URBANO – BAIRRO MANDURI – PODER-DEVER DE FISCALIZAÇÃO E DE REGULARIZAÇÃO NÃO EXERCIDO PELO PODER PÚBLICO – OMISSÃO CONFIGURADA – RESPONSABILIDADE DO ENTE MUNICIPAL - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – INTERVENÇÃO AMBIENTAL E URBANÍSTICA – MUNICÍPIO DE CUIABÁ – CÓRREGOS FIGUEIRINHA E MACHADO – MÉRITO: REGIÃO ANTROPIZADA – OCUPAÇÃO IRREGULAR – ÁREA CONSOLIDADA – PONDERAÇÃO DE INTERESSES – IMINENTE RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DOS MORADORES – RECURSO DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – TERMINAL ATACADISTA DE CUIABÁ – AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E URBANÍSTICO – INEXISTÊNCIA DE HABITE-SE – VIOLAÇÃO AO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES – LEI DE POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA – APELO DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Despejo irregular de esgoto gera danos morais coletivos
- Empresa que distribuiu combustível mais poluente para frota de ônibus coletivos deverá reparar danos ambientais

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

PROMOTORES DE JUSTIÇA DEBATEM ESTRATÉGIAS PARA CUMPRIMENTO DO PEI

Com objetivo de capacitar os integrantes do Ministério Público de Mato Grosso para uma atuação resolutiva e para o efetivo cumprimento do objetivo estratégico institucional de “promover ações que elevem a qualidade do saneamento básico” no estado, o Centro de Apoio Operacional (CAO) do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários promoveu webinar no dia 11/11/2021, realizado pela plataforma Microsoft Teams. Cerca de 50 pessoas, entre membros e servidores do MPMT, participaram da reunião de trabalho com o tema “Contextualização sobre o novo Marco Legal do Saneamento e discussão de estratégias para cumprimento dos planos municipais”.

Na abertura do webinar, o procurador de Justiça titular da Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística (PJEDAOU), Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, discorreu sobre a atuação cooperada e integrada dos membros da instituição. “O nosso trabalho é um ato de cooperação e só funciona se for assim. Inclusive, para auxiliar nesse sentido, é que foram instituídos os Centros de Apoio Operacionais. Tenho consciência de que somos caos de deficiências e depósito de conhecimento, e quero sensibilizar os colegas sobre isso. Se estivermos cooperados e integrados, seremos uma instituição muito mais produtiva”, afirmou.

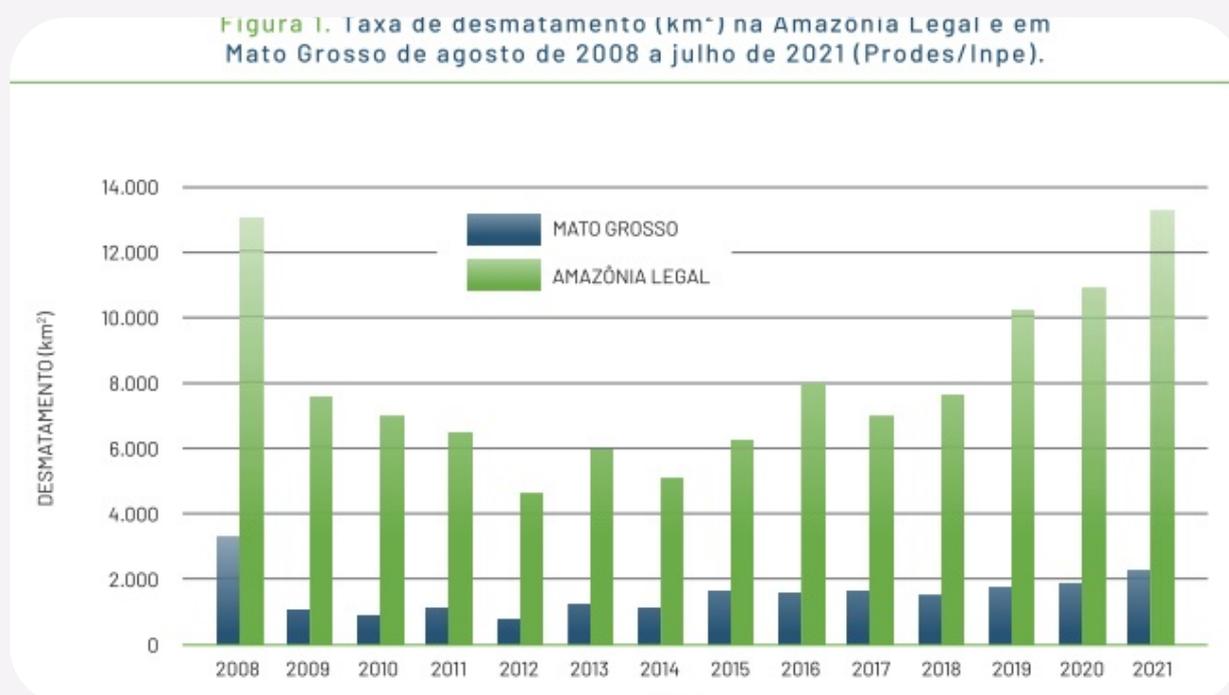
[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



AUDIÊNCIA INSTRUTÓRIA ADMINISTRATIVA MPMT DEBATE AVANÇO DO DESMATAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA E DEFINE AÇÕES

Em evento híbrido com transmissão ao vivo pelo YouTube, participaram da discussão membros e servidores do Ministério Público de Mato Grosso, Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), Polícia Militar de Proteção Ambiental e entidades da sociedade civil como o Instituto Centro de Vida (ICV) e o Observatório Socioambiental de Mato Grosso (Observa-MT). O objetivo da audiência foi discutir os dados de desmatamento na Amazônia mato-grossense para instruir um procedimento de acompanhamento de política de Estado no combate a esse tipo de crime ambiental. Além disso, as informações levantadas auxiliarão a PJEDAOU na definição de planos de ação para cumprimento do Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023. [Clique AQUI](#) para ver a notícia na íntegra.

Características do Desmatamento na Amazônia Mato-grossense em 2021:



[CLIQUE AQUI PARA VER O ARTIGO NA ÍNTEGRA.](#)

PROJETO ÁGUA PARA O FUTURO

Em 2021, quanto à Interiorização do Água para o Futuro, quatro municípios foram contemplados e já se encontram em fase de implantação e execução do projeto (Chapada dos Guimarães, Rondonópolis, Alto Taquari, Alto Araguaia).

Outros 11 municípios estão em fase de implantação com ajustes administrativos e técnicos para a atuação das ações protetivas. São estes: Alta Floresta, Araputanga, Campo Verde, Cláudia, Diamantino, Itiquira, Juína, Nobres, Rosário Oeste, São José dos Quatro Marcos e Tangará da Serra.

As capacitações técnicas promovidas pelo projeto Água para o Futuro - Interiorização proporcionaram a formação de mais de 100 servidores, técnicos administrativos e voluntários dos oito municípios contemplados até o momento, de diferentes áreas do conhecimento, com abordagens sobre as fases de implantação, voltados para a proteção de nascentes e caracterização dos danos ambientais.

Nascente confirmada na zona urbana de Chapada dos Guimarães:



Nascentes mapeadas em Chapada dos Guimarães:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

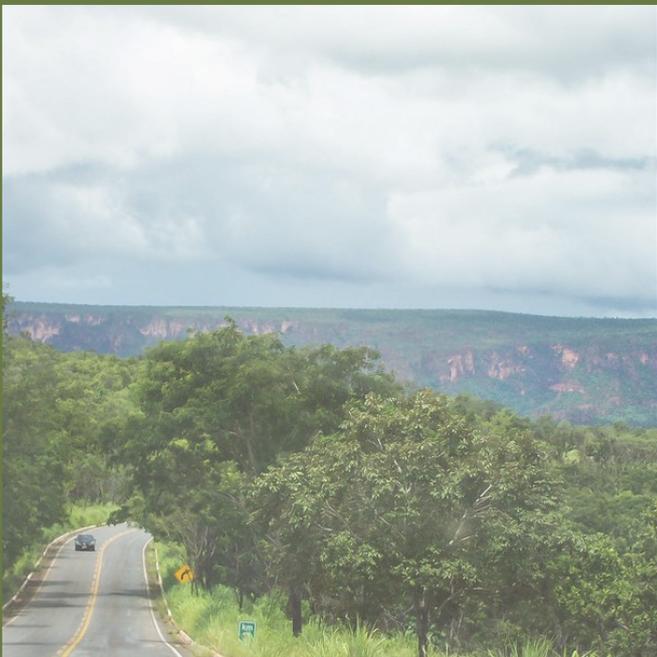
- MPMT aponta falhas e notifica município de VG a suspender licitação
- Ministério Público busca restituição de valores a consumidores
- Projeto-piloto contempla negociações na área ambiental
- MPMT: TAC estabelece destinação de 35% de imóvel como área verde em Itiquira
- MPMT: Decreto promove regularização fundiária de bairro após atuação do MP
- MPMT: Justiça obriga município a cumprir TAC sobre acessibilidade
- Recuperação e preservação do Rio Araguaia: MP requer plano de atuação
- MP destina recursos e discute plano de gastos com entidades ambientais
- MPMT requer fechamento de Fort Atacadista inaugurado na sexta-feira do dia 26 de novembro de 2021

NOTÍCIAS DO CNMP E OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

- MPF instaura procedimento para investigar possível conflito agrário no município de Santa Terezinha (MT)
- MPF opina pelo não conhecimento de ADPF que questiona atuação do governo no combate às queimadas na Amazônia e no Pantanal
- MPF requer cumprimento provisório de sentença para que Iphan e prefeitura protejam o Sítio Arqueológico Carne Seca
- MPF instaura procedimento para coibir a comercialização de lotes em áreas de preservação no Rio Araguaia
- Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA) lança campanha Agro sem Tóxico
- MPAM ajuíza ação que visa interdição de lixão e construção de aterro sanitário em Lábrea
- MPPR: Em Araucária, Justiça atende pedido do MP em ação civil pública e determina que empresa interrompa atividades que têm causado poluição
- Apresentados plano de atuação do MP para o combate à escassez hídrica e proposta de recomendação sobre o tema
- Justiça condena Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso a fiscalizar porto no Rio Paraguai, em Cáceres
- MPSP: Promotoria consegue liminar barrando estação de transbordo de lixo na capital paulista



ARTIGOS



- A corrida rumo aos céus do Brasil
- Micromobilidade: o momento atual precisa de integração
- O protagonismo brasileiro na positivação do Direito Ambiental
- Urbanismo social: ferramenta de transformação territorial



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Projeto Água para o Futuro

RIO CUIABÁ - AOS FUNDOS MORRO DE SANTO ANTÔNIO – MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER. O Morro de Santo Antônio tombado conforme Decreto Estadual nº 4.455 DOEMT, edição de 12/06/2002.